

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024/CVMV/SRP/EXCLUSIVO EPP/ME
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 153/2024/CVMV
REGISTRO DE PREÇOS -PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA EPP/ME**

DOCUMENTOS EXIGIDOS - Item 13 do Termo de Referência / Item 13 do Edital

****FAZ-SE NECESSÁRIA A LEITURA E A COMPREENSÃO INTEGRAL DESTE EDITAL E DE SEUS ANEXOS, EM ESPECIAL O TERMO DE REFERÊNCIA. EM CASO DE DÚVIDAS, A EMPRESA INTERESSADA PODERÁ APRESENTAR PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, CONFORME PREVISÃO NO ITEM 1.11 DO EDITAL**

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Estatuto / Contrato Social/ última alteração do Contrato / Registro na Junta Comercial
2. Cópias do RG e CPF / ou doc. Equivalente - dos sócios ou proprietário
3. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.
4. CND FEDERAL
5. CND ESTADUAL
6. CND MUNICIPAL;
7. Certidão Regularidade perante o FGTS
8. Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT;
9. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial
10. ****CREA, OU CRT OU CFT serão exigidos no momento da assinatura do Contrato**

DECLARAÇÕES

11. Declaração Conjunta conforme anexo III ao final do Edital

Obs: As declarações podem ser apresentadas de modo conjunto / unificado.

As declarações assinadas dentro da própria plataforma serão aceitas desde estejam de acordo com o que exige o edital e seus anexos.

PROPOSTA INICIAL E PROPOSTA FINAL

12. A proposta inicial deverá ser cadastrada na plataforma eletrônica até o horário estabelecido para o início da fase competitiva.
13. A proposta final deverá ser apresentada após o encerramento da fase de lances e será solicitada pelo pregoeiro no chat da sala de disputa.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024/CVMV/SRP/EXCLUSIVO EPP/ME
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 153/2024/CVMV
REGISTRO DE PREÇOS -PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA EPP/ME

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Câmara de Vereadores do Município de Vilhena, através da Comissão de Pregão Eletrônico constituída por meio da Portaria 144/2024, e da Pregoeira designada por força das disposições contidas na Portaria de nº 117/2022, torna público para o conhecimento dos interessados, que encontra-se instaurada a licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** sob o **Nº 05/2024/CVMV/SRP**, do tipo **MENOR PREÇO**, forma de adjudicação **POR ITEM**, e modo de disputa **ABERTO**, tendo por finalidade a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2024, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Portarias internas nº 155/2023/CVMV e 158/2023/CVMV.

1.2 O presente Edital de Licitação, **DEVERÁ** ser cuidadosamente examinado pelas **LICITANTES**, sendo assim, essas não se isentarão do cumprimento do conteúdo aqui disposto. Do mesmo modo, não poderão se omitir ou se negligenciar alegando desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens.

1.2.1 ATENÇÃO: PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA - A presente licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, e equiparadas (ME/EPP/MEI), que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado, e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos, na forma do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, do artigo 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015, da notificação recomendatória circular 055/2022/GPEPSO, emitido pelo Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, e na Portaria interna 155/2023, artigo 66.

1.2.2 No caso de **empate** será aplicado o disposto no artigo 40 do Regulamento Constante na Portaria interna nº 155/2023 da CVMV.

1.3 A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme tabela abaixo:

DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA	
Recebimento das Propostas	A partir do dia 14 de outubro de 2024.
Início da fase competitiva	25 de outubro de 2024, a partir das 9h30min (Horário Brasília)
Local da sessão:	www.licitanet.com.br
Objeto	Aquisição de Lâmpadas e Luminárias
Valor total estimado:	R\$ 55.647,13

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

1.4 Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação aos licitante.

1.5 Os horários mencionados neste Edital referem-se ao horário oficial de Brasília - DF

1.6 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo Eletrônico nº 153/2024/CVMV, que está devidamente instruído com a justificativa para a contratação, conforme pode ser verificado nos itens 02 e 04 do Termo de Referência - anexado ao final deste edital.

1.7 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da LICITANET – Licitações On-line. Site www.licitanet.com.br.

1.8 Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira da Câmara de Vereadores do Município de Vilhena – RO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo/plataforma “LICITANET” constante na página da internet www.licitanet.com.br.

1.9 O Instrumento Convocatório e todos os elementos que o integram, encontram-se disponíveis para consulta e download no endereço eletrônico acima mencionado. Mais informações e esclarecimentos a respeito do certame, poderão ser prestados pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio pelo endereço eletrônico cpl@vilhena.ro.leg.br, ou protocolado junto ao Núcleo de Licitações da Câmara Municipal de Vilhena, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 4.308, Bairro Jardim América-Vilhena/RO, CEP: 76.980-706, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00 horas às 13:00 horas;

1.10 Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico (licitanet), e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.11 O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio; b) responder aos questionamentos relativos ao certame, formuladas pelos fornecedores, e solicitar auxílio ao setor técnico, quando for o caso; c) abrir as propostas de preços; d) analisar a aceitabilidade das propostas; e) desclassificar propostas indicando os motivos; f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço; g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar; h) declarar o vencedor; i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos; j) elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico; k) encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação; l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

1.11 ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

1.11.1 As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, deverão ser transmitidas via e-mail (devendo mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo), para o endereço eletrônico cpl@vilhena.ro.leg.br , e se for possível, ser encaminhada também, por meio da plataforma eletrônica

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

“licitanet”, ou, em último caso, protocolado junto ao Núcleo de Licitações da Câmara Municipal de Vilhena, com sede na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº4.308, Bairro Jardim América-Vilhena/RO, CEP: 76.980-706, de segunda-feira a sexta-feira, das 07:00 horas às 13:00 horas, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data da abertura do certame, conforme determina a Lei 14.133/2021;

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.12 A Comissão de Licitação de Pregão Eletrônico informa que durante a sessão pública toda e qualquer dúvida das licitantes devem ser manifestadas por meio do chat/mensagens do LICITANET, assim como as respostas dadas pela pregoeira também serão externadas no chat/mensagens do LICITANET. Portanto, não serão atendidas ligações telefônicas, não serão consideradas mensagens via sms e/ou whatsapp, e e-mails, antes do encerramento da sessão pública. A medida visa dar maior transparência ao procedimento licitatório.

2. DO OBJETO:

2.1 Registro de Preços para eventual e futura **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ILUMINAÇÃO INTERNA E EXTERNA (LÂMPADAS, SPOTS, PAFLONS)**, conforme as especificações e os detalhamentos definidos nos anexos deste edital, especialmente no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

2.2 O **quantitativo e a especificação detalhada** dos objetos estão definidos no **item 03** do Termo de Referência anexado ao final, e deverão ser criteriosamente obedecidos, sob pena de rejeição da proposta.

3 FORMA, PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

3.1 Conforme estabelecido no **item 05** do Termo de Referência - Anexado ao final do edital.

4 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

4.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico, a **ME, EPP, e MEI**, especializadas no ramo do objeto desta licitação, e que satisfaça às exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos, e que estejam devidamente cadastradas junto à LICITANET – Licitações On-line (www.licitanet.com.br).

4.2 Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência, não cabendo, após a

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

abertura do Certame, alegação de desconhecimento de itens ou reclamação quanto ao conteúdo do Edital.

4.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste Edital e nas demais cominações legais.

4.4 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponibilizados pela plataforma eletrônica "Licitanet".

4.5 Nos termos do artigo 14 da Lei 14.133/2021, **não poderão disputar desta licitação, direta ou indiretamente:**

A) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

a.1 O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

B) Empresa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (conforme Art. 14, Inc. IV da Lei 14.133/21).

C) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

D) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

E) Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (artigo 9, §1º Lei 14.133/2021).

F) Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica (artigo 9, §2º Lei 14.133/2021).

G) A) a empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente, admitindo-se a participação, de empresas em recuperação judicial, **desde que** amparadas em

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

H) Empresas estrangeiras que não funcionem no País;

I) Empresas sob a forma de consórcio; considerando que a união de esforços seria necessária, apenas em questões de alta complexidade e de relevante vulto, o que não é o caso do objeto em questão. A formação de Consórcios nesta licitação poderia ensejar em considerável redução do caráter competitivo do certame, visto que, trata-se de fornecimento de bem comum;

4.6 Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

4.6.1 Para tais efeitos, entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%) ou representantes legais comuns e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.7 A participação nesta Licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recurso. A não observância destas condições ensejará na sumária desclassificação da proponente.

4.8 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante do licitante credenciado e subsequente cadastramento da proposta inicial de preços e da documentação de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante em parte ou até a promulgação do vencedor.

5. DO CREDENCIAMENTO JUNTO À PLATAFORMA “LICITANET”

5.1 O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento na plataforma eletrônica (www.licitanet.com.br).

5.2 O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos disponíveis da plataforma eletrônica (site www.licitanet.com.br)

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

5.3 O cadastramento do licitante junto a Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

5.4 As informações complementares para credenciamento, bem como qualquer dúvida referente ao acesso no sistema operacional da plataforma onde acontecerá o Pregão Eletrônico, poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633 e (34) 99678-7950, (34) 99807-6633 ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br.

5.5 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, e o seu uso é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à Câmara de Vereadores, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6 Para que possam participar do presente pregão (Como ME-EPP-MEI), bem como gozar dos demais benefícios previstos nos capítulos V, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, é necessário que a microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP) ou ainda o microempreendedor individual (MEI), no campo próprio trazido pelo sistema, manifestem cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, nos termos do art. 3º do referido diploma legal.

5.7 A Câmara de Vereadores do Município de Vilhena não se responsabiliza por transações, acordos, adesões, ou qualquer tipo de contratado efetuado entre as empresas licitantes e a plataforma eletrônica *licitanet*.

6. DA QUALIFICAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPRESAS EQUIPARADAS A ME/EPP, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014 E DO DECRETO FEDERAL Nº 6.204, DE 5 DE SETEMBRO DE 2007

6.1 No ato do cadastro no sistema LICITANET, em campo próprio do sistema, a microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá (ão) declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

6.2 Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

6.3 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 42 e seguinte da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

6.4 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

6.5 Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

6.6 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

6.7 Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

6.8 Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

6.9 Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

6.10 Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

6.11 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

6.12 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

6.13 Constituída sob a forma de sociedade por ações.

6.14 A Empresa deverá atender os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

6.15 A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

6.16 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, **ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1 O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros de desempenho definidos no Edital.

7.2 O quantitativo e a especificação detalhada dos objetos estão definidos no **item 03** do Termo de Referência anexado ao final, e deverão ser criteriosamente obedecidos, sob pena de rejeição da proposta.

7.3 Encerrada a etapa de lances, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante.

8. DA INSERÇÃO/CADASTRO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS NA PLATAFORMA

8.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de cadastramento de propostas, dos lances, e do julgamento.

8.2. Após a divulgação/publicação do Edital, as licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço inicial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Ou seja, essa é uma atividade que deve ser realizada **ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO**.

8.2.1 Quando do cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, as informações constantes no **anexo IV desse edital (DECLARAÇÕES)**.

8.2.2 A proposta de preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2.3 A falsidade das declarações apresentadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.2.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.2.5 Uma licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico, ou financeiro, **somente poderá apresentar uma única proposta de preços**. Caso uma licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela entidade promotora da licitação;

8.2.5.1 Para tais efeitos entendem-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa;

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DE LANCES:

9.1 **Na data e horário previamente definidos neste edital**, terá início a Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO, com a divulgação das propostas de preços iniciais já cadastradas.

9.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

9.3 A pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta cadastrada, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos, **DECLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.4 Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances (na sala de disputas), via internet, única e exclusivamente no site www.licitanet.com.br;

9.5 Os lances serão ofertados pelo **VALOR DO ITEM**;

9.6 A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.7 As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame.

9.8 O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de: **R\$ 0,05 (cinco) centavos de real**.

9.9 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes na proposta inicial cadastrada no sistema;

9.10 Os lances serão realizados em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133/21 Art. 56 inc. I, no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, conforme definido e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET;

9.11 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

9.12 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.13 Na hipótese de não haver novos lances, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

9.14 Após o reinício previsto no item 9.13, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.15 Encerrada a etapa de que trata o item 9.14, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

9.16 Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo, esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.17 Em caso de desconexão com a pregoeira, será analisado o tempo de interrupção, e caso ele seja superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será **suspensa** e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no site www.licitanet.com.br;

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

9.18 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.19 Considerando que o sistema permite a comunicação com a pregoeira no chat, as empresas que porventura errarem na digitação dos seus lances, poderão solicitar o cancelamento do lance. Contudo, caso a pregoeira identifique que o lance ofertado apresenta indícios de erro de digitação, poderá excluí-lo, sem a manifestação da empresa, visando manter a regularidade do certame.

9.20 A regra disposta no item 9.19 será aplicada somente nos casos de erro de digitação. Caso a licitante solicite o cancelamento do seu lance e não for caracterizado erro de digitação, mediante a observação da regularidade dos lances apresentados, a pregoeira estará desobrigada de cancelar o lance, devendo a licitante arcar com o custo de acordo com o lance ofertado, caso esse lance o faça vencedor.

9.21 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações (artigo 56, § 4º Lei 14.133/21, e artigo 24 Portaria interna 156/2023/CVMV).

9.22 Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Pregoeiro, poderá convocá-lo no CHAT de MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

9.23 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.24 Da sessão, o sistema gerará “ata circunstanciada”, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

10 CRITÉRIOS DE DESEMPATE DE LANCES

10.1 Após a etapa de envio de lances, e sendo necessário, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Portaria interna da Câmara de Vereadores, nº 155/2023/CVMV, seguido da aplicação do critério estabelecido na Lei 14.133 01 de abril de 2021, se não houver licitante que atenda às primeiras hipóteses.

10.2 Serão aplicados os mesmos critérios de desempate caso não haja envio de lances na fase competitiva, **sendo a proposta inicial considerada como lance.**

11 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA FINAL e DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.1 Após as fases de lances e negociação, bem como após a aceitação do valor proposto no último lance, o pregoeiro poderá solicitar ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, os envios CONCOMITANTES dos documentos de habilitação, e da proposta final readequada ao valor do último lance, respeitando o prazo mínimo de 02 (duas) horas. A depender da situação, o pregoeiro

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

solicitará primeiro o envio dos documento de habilitação e depois de habilitado o vencedor, abrir-se-á o prazo para o envio da proposta final.

11.2 A Pregoeira poderá convocar a licitante detentora da menor proposta, para o envio de documentos complementares, caso refira-se a documento cujo vencimento tenha ocorrido posteriormente a data em que os mesmos foram anexados no sistema (o que pode ocorrer em pregões onde as sessões são suspensas) ou no caso de documentos que estejam ilegíveis ou de difícil leitura/compreensão.

11.3 **As certidões anexadas com prazo de validade vencido**, cuja validade possa ser atestada em simples pesquisa no respectivo sítio eletrônico, não darão causa a desclassificação da licitante, porém essa será convocada a enviar a certidão no prazo de 2 (duas) horas, contadas da solicitação da Pregoeira.

11.4 Conforme determinado pelo artigo 64, incisos I e II da Lei 14.133/21: Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.5 Atendendo ao disposto no artigo 64, § 1º da Lei de Licitações: Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.6 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC 123/06, art.43);

11.7 Acerca da proposta final readequada, é importante observar que: mesmo que a plataforma possua um modelo padrão de proposta final a ser assinada pelo licitante vencedor, é necessário o envio da proposta padronizada pela câmara de vereadores. Nesta última, constam além dos valores propostos no último lance, informações acerca de outros gastos a serem suportados pelo fornecedor, como: taxas, impostos, frete e etc.(o MODELO PADRONIZADO PELA CVMV É UM ANEXO DESTA EDITAL – ANEXO IV)

11.8 Os documentos explanados neste tópico 11, correspondem aos seguintes módulos/menu da sala de disputa, e deverão ser inseridos conforme segue:

- *Menu Habilitanet* > Prazo para envio dos documentos (habilitação/complementar/legal)
- *Menu Proposta* > Proposta Final > Abrir prazo.

11.8.1 Os documentos de habilitação devem ser enviados preferencialmente pelo módulo habilitanet (constante no rol de menus da sala de disputa), contudo, não será desclassificada a empresa que inseri-los através de outro módulo/menu, caso em que, deverá ser comunicado via chat de mensagem

a situação que o impossibilitou de utilizar o menu habilitanet. Em último caso, poderá ser solicitado à Pregoeira, autorização para envio da documentação por meio de endereço eletrônico.

11.9 Quando solicitado pela pregoeira, a empresa deverá encaminhar:

I - os documentos exigidos no edital de licitação, em que os arquivos deverão ser encaminhados, PREFERENCIALMENTE em PDF, compactados OU juntados em arquivo único. Essa medida (compactação / junção dos documentos), facilitará a conferência da documentação, dando maior celeridade ao procedimento, contudo, o licitante NÃO será desclassificado caso não o faça.

II - a proposta FINAL, contendo: I. Valor unitário e total dos itens; II. Marca; III. Fabricante; IV. Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso) – MODELO PADRONIZADO ANEXADO AO FINAL DESTES EDITAIS;

11.10 Os preços da Proposta não deverão ultrapassar os valores previstos no ANEXO I DO EDITAL (MÉDIA DAS COTAÇÕES REALIZADAS) nos seus valores unitários e totais.

11.11 A Pregoeira caso julgue necessário, submeterá a documentação relativa a proposta FINAL, à unidade solicitante do objeto, para análise e aprovação acerca da aceitação da proposta.

11.12 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.13 Tanto na proposta inicial cadastrada quanto na proposta final reajustada, nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.14 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.15 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado de forma plena.

11.16 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.17 Não será motivo de desclassificação, simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços que não venham causar prejuízo para a Administração Pública, e nem firam direitos objetivos dos demais licitantes.

11.18 Se a proposta não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa a Pregoeira poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

11.19 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de MENOR PREÇO, desde que o objeto ofertado atenda às exigências referentes à descrição do objeto constante no TR.

11.20 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, conforme for o caso.

11.21 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente, conforme for o caso.

11.22 A CVMV efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto no Decreto 60.470/2023 e na Instrução Normativa RFB no 1234/2012.

11.23 Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Edital, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 60.470/2023 e na Instrução Normativa RFB nº1234/2012.

11.24 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

12 NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

12.1 O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor responsável. Tal medida visa atender o disposto no art. 59 inciso III da lei 14.133/21.

12.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

12.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, e o resultado desta negociação será divulgado a todos os licitantes.

12.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.6 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.7 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13. HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.3 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- c) se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.4 DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

13.4.1 Conforme o dispõe o item 12 e subsequentes **do Termo de Referência**, anexado ao final deste edital, deverão ser apresentados pela empresa vencedora os seguintes documentos:

13.4.2 **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais.

13.4.3 Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular (procuração), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes a certames licitatórios. Se a outorga se der por instrumento particular, esta deve ser acompanhado de cópia do ato de constituição da empresa (1º e última alteração) ou do ato de investidura na direção da empresa / ou outro documento equivalente.

13.4.4 Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

13.4.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.4.6 **Cópia da Cédula de identidade e do CPF dos sócios**, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

13.4.7 **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ**

13.4.8 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.4.9 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade através do sítio eletrônico <https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>. (sugestão: copiar e colar o link no navegador)

13.5 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.5.1 Conforme o disposto **no item 12.3 do Termo de Referência**, anexado ao final deste edital:

13.5.2 **Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal** (Unificada) emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais - Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

13.5.3 **Certidão / prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

13.5.4 **Certidão / Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

13.5.5 **Certidão / Prova de Regularidade perante o FGTS**, admitida comprovação também, por meio d“certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.5.6 **Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT**; com finalidade de comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, Art. 642-A, certidão expedida gratuita e eletronicamente, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

13.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

13.6.1 Conforme o disposto **no item 12.4 do Termo de Referência**, anexado ao final deste edital:

13.6.2 Certidão Negativa de Falência – Lei nº11.101/05 (antiga falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 60 (sessenta) dias caso não conste o prazo de validade.

13.6.3 Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está

apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

13.7 DAS DECLARAÇÕES

13.7.1 Conforme o disposto no **item 12.5 do Termo de Referência**, anexado ao final deste edital, deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

13.7.2 Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/21, que NÃO emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

13.7.3 Declaração para fins do disposto no artigo 14, inciso IV da Lei 14.133/21, atestando que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.7.4 Em caso de enquadramento definido no artigo 93 da lei 8.213/93, o licitante deverá apresentar Declaração de cumprimento às exigências de reserva de cargo para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, com vistas a atender o artigo 63, IV da Lei 14.133/21.

13.7.5 Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.6 Para fins do disposto no artigo 63, inciso I da Lei 14.133/21, deverá ser apresentada declaração atestando que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

13.7.7 Apresentar, se for o caso, **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA**, para o disposto na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e LC 147/14 art. 43.

13.7.8 As declarações constantes acima poderão ser apresentadas de modo unificado (há modelo anexado ao final do edital), podendo também ser utilizado e entregue o modelo padrão constante na plataforma eletrônica "licitanet", desde que ele contenha todas as exigências de declaração constantes neste edital.

14 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1 Declarado o vencedor e disparado o aviso de recurso no chat, qualquer licitante que desejar poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer dentro do prazo de **10 (dez) minutos** (sob pena de preclusão), **clicando no botão ENTRAR C/ RECURSO**. Sendo que o licitante deverá manifestar em local próprio sua intenção com registro da síntese das suas razões.

a) À Pregoeira caberá o juízo de admissibilidade;

a.1) Não serão recebidos recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não for suficientemente justificada e fundamentada a intenção de interpor o recurso pelo licitante;

b) Aceito o recurso pela Pregoeira, será facultado ao licitante juntar memoriais ou razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis (Artigo 165 Lei 14.133/21).

c) Se no prazo de **03 dias úteis** a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo **máximo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

d) Aos demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.2 Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este recair em dia não útil, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente;

14.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4 Finalizada a fase recursal, a Administração Pública poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado (Art 55 da Portaria 155/2023/CVMV).

15. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA LICITAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

16 DO INSTRUMENTO CONTRATUAL - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Conforme critérios estabelecidos nos itens **6 a 10** do Termo de Referência, que trata: I - Da Ata de Registro de Preços; II - Do Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços; III - Da rescisão do Contrato ; IV - Do acréscimo e redução do contrato, e V - Da transferência do Contrato.

17 DA GARANTIA DOS PRODUTOS

17.1 Cada produto deverá obedecer o prazo de garantia, conforme previsto no quadro descritivo do item 03 do Termo de Referência.

18 DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Conforme previsão no **item 11** do Termo de Referência

19 DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR E DA CONTRATANTE

19.1 Conforme previsão nos **itens 14 e 15** do Termo de Referência

20 MECANISMO E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

20.1 Conforme critérios estabelecidos no **item 16** do Termo de Referência

21 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Conforme o **item 17** do Termo de Referência

22 FONTE DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

22.1 Conforme o **item 18** do Termo de Referência - Anexo IV deste edital

23 PROCEDIMENTOS PARA PAGAMENTO:

23.1 Conforme os critérios estabelecidos pelo **item 19** do Termo de Referência

23.2 Para fazer jus ao pagamento, o Contratado, ao emitir a **NOTA FISCAL** deve observar às disposições contidas nos Decretos do Município de Vilhena/RO, nº **60.340/2023** e nº **60.470/2023**, bem como na IN RFB nº 1234/2012, e no Recurso Extraordinário 1293453 julgado no STF, acerca da **RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA, ESPECIFICANDO O VALOR A SER RETIDO E A ALÍQUOTA CORRETA DO OBJETO CONTRATUAL FIRMADO.**

24 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1 Conforme o **item 4.3** do Termo de Referência Anexado ao final deste Edital.

25 DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a CVMV – Câmara de Vereadores do Município de Vilhena – RO, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A pregoeira poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

- a. **O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;**
- b. É facultado à Pregoeira, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- c. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação;
- d. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;
- e. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse, a finalidade e a segurança da contratação.
- f. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação em jornal de publicação diária;
- g. Não cabe à LICITANET qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- h. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;
- i. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Pregoeira, nos termos da legislação pertinente.

26 ANEXOS

26.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Quadro contendo a média das cotações realizadas.

ANEXO II – Modelo de Carta Proposta.

ANEXO III - Modelo de Declarações

ANEXO IV - Termo de Referência - TR

ANEXO V – Estudo Técnico Preliminar - ETP

ANEXO VI - Minuta da ARP

24 DO FORO

24.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Vilhena/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a presente Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vilhena/RO, 14 de outubro de 2024.

Edital elaborado por

Isabela de Oliveira Santos

Pregoeira - Portaria interna 117/2022

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

ANEXO I
MÉDIAS DOS VALORES PESQUISADOS (Valor máximo a ser aceito)

ESTIMATIVO DE QUANTIDADE E VALORES				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LÂMPADAS LED: tipo bulbo A60, base E27, luz branca, bivolt com 15W de potência, 6500 k 1350 lúmens.	1000	R\$ 8,62	R\$ 8.620,00
02	SPOTS LED DIRECIONAIS EMBUTIDOS DE TETO: Cor Branco; Acabamento redondo material ABS Grau de Proteção IP20; Cor da Luz Branco Frio ou Branco Quente; Potência (W)5 WPotência max./soquete 5W ; Vida útil média (horas) 15.000; Fluxo Luminoso (lúmens) 350 Voltagem Bivolt; Tamanho Aproximado (LxAxP) 9,5 cm de diâmetro x 5 cm profundidade; Dimensões do Nicho 7 cm de diâmetro; Garantia 12 meses.	22	R\$ 65,00	R\$ 1.430,00
03	SPOTS DE EMBUTIR PAR20 EASY LED INTEGRADO 7W TENSÃO: AC 100-240V; Fator de Potência: >0,4; Corrente: 0,10A(127V)/0,07A(220V); Fluxo Luminoso STH7920/30: 570lm; Fluxo Luminoso STH7920/40: 590lm; Eficiência Luminosa STH7920/30: 81lm/W; Eficiência Luminosa STH7920/40: 84lm/W; Intensidade Luminosa STH7920/30: 1300cd; Intensidade Luminosa STH7920/40: 1500cd; Ângulo de Abertura: 30°; IRC: >80; Vida útil (L70): 25.000h; Temp. de Operação: -20°C ~ 40°C; Garantia: 2 anos; Material predominante: ABS; Fonte integrada.	06	R\$ 53,75	R\$ 322,50
04	PLAFONS EMBUTIDOS DE TETO: Medidas: 20x20x7,5cm; Nicho de instalação (corte): 17x17cm; Material: Aro externo: Alumínio; Caixa interna: Chapa de aço/Vidro: Temperado jateado; Soquetes: 2 soquetes E27 para lâmpada Bulbo ou Econômica; Voltagem: Bivolt; Pintura: Eletrostática; Cor: Branco textura; Garantia de 01 ano.	14	R\$ 96,19	R\$ 1.346,66
05	SPOTS DE LED EMBUTIDOS DE PISO: Tensão: 100-240V; Fator de potência: >0,9; Corrente: 0,082A(127V)/0,050A(220V); Fluxo luminoso: 400lm; Eficiência luminosa: 40lm/W; Intensidade luminosa: 5000cd; Ângulo de abertura: 12°; IRC: >80; Vida útil (L70): 25.000h; Temp. de operação: -20°C ~ 60°C; Grau de proteção: IP67; Garantia: 2 anos;	15	R\$ 427,71	R\$ 6.415,65

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

	Material predominante: Alumínio.			
06	PLAFONS DE LED 50X50 EMBUTIDOS: Altura: 50 cm; Largura: 50 cm; Cor da Luz: branca; Potência: 45w; Cor: branco; Garantia de 12 meses.	40	R\$ 548,48	R\$ 21.939,20
07	ESPETO SPOT LED 5W LED 3000K: Cor: PRETO; Fluxo Luminoso: 400LM; Temperatura da cor: 3000K; Led incluso; Uso (Interno/Externo); Ângulo de abertura 20°; Índice de Reprodução da Cor IRC: >70; Potência: 5W; Tensão: BIVOLT.	64	R\$ 243,33	R\$ 15.573,12
VALOR TOTAL			R\$ 55.647,13	

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO II
MODELO DE CARTA PROPOSTA

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do edital de **PREGÃO ELETRÔNICO 05/2024/CVMV**, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa Proposta, de conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA	CNPJ	TELEFONE FIXO	
CELULAR	EMAIL		
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
NOME	CARGO	CPF/MF	CI/RG
TELEFONE FIXO	CELULAR 01	CELULAR 02	

OBJETO:	Registro de Preços para eventual e futura AQUISIÇÃO DE ITENS DE ILUMINAÇÃO INTERNA E EXTERNA (LÂMPADAS, SPOTS, PAFLONS) , conforme as especificações e os detalhes definidos nos anexos deste edital, especialmente no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência. ATENÇÃO: O OBJETO DEVERÁ ATENDER CRITERIOSA E INTEGRALMENTE ÀS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NA DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA, SOB PENA DE REJEIÇÃO DA PROPOSTA.			
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		X	R\$	R\$
02		X	R\$	R\$
03		X	R\$	R\$

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data limite para recebimento das propostas.

Prazo de entrega dos serviços: Conforme Termo de Referência.

Declaramos, sob as penalidades da lei, e para fins de participação no **Pregão Eletrônico Nº 05/2024/CVMV**, que:

1) Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência;

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

- 2) Concordamos e nos submetemos a todos os termos, normas e especificações do pertinente Edital, bem como, às leis, decretos, portarias e resoluções cujas normas incidam sobre a presente licitação;
- 3) Que cumprimos plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no Pregão Eletrônico Nº **05/2024/CVMV**;
- 4) Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa e Carimbo do C.N.P.J.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES CONJUNTAS - REFERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº
05/2024/CVMV/SRP

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, com sede no endereço _____, DECLARA SOB AS PENAS DA LEI, que:

INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, e estou ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

Declaro que não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA

DECLARO, que estamos enquadrados sob o regime de MICROEMPRESA, para o disposto na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e LC 147/14 art. 43;

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE EDITAL E HABILITAÇÃO

DECLARO estar ciente e de acordo com os termos e condições contidas no edital e seus anexos, e que a empresa se encontra em situação regular perante a Fazenda, Seguridade Social– INSS e com o FGTS, atende às exigências do edital relativas a habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeiro e que cumpre plenamente a todos os requisitos de habilitação previstos no edital e seus anexos.

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI/MANTÉM VÍNCULO COM A CVMV

Declaro que não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e não existe relação conjugal, de companheirismo ou parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE E VERACIDADE DA DOCUMENTAÇÃO

A empresa assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados na presente licitação.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARO, para fins desta licitação, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que comunicará qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E DISPONIBILIDADE DE OBJETO

DECLARO, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que teremos a disponibilidade, caso venha vencer o certame, e entregará os itens licitados nos prazos e/ou condições previstas no edital e termo de referência.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGO (SE FOR O CASO)

Com vistas a atender o artigo 63, IV da Lei 14.133/21, DECLARO que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Declaração exigida em caso de enquadramento definido no artigo 93 da lei 8.213/93)

DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA COMPREENDE TODOS OS CUSTOS TRABALHISTAS

Declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

.....
Cidade, Data, Nome e assinatura do Representante legalCNPJ DA EMPRESA

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ELETRÔNICO 153/2024
LEI FEDERAL 14.133/21 - ART. 6, XXIII

1. DO OBJETO

1.1.O presente processo é de contratação de empresa especializada para eventual e futura **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ILUMINAÇÃO INTERNO E EXTERNO (LÂMPADAS)**, a fim de suprir as necessidades da Câmara Municipal de Vilhena - CVMV, conforme especificações e condições constantes neste Termo de Referência - TR.

1.2. O processo será realizado pela modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo menor preço, com a proposta mais vantajosa para a administração.

1.3. Será adotado o procedimento auxiliar de contratação de Sistema de Registro de Preços - SRP, nos termos da Portaria n. 158/2023 desta CVMV.

2. DA JUSTIFICATIVA - CONFORME ITEM 02 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

2.1. Trata-se da necessidade de equipamentos de iluminação para a garantir o pleno funcionamento dos espaços da Câmara de Vereadores do Município de Vilhena, contribuindo assim para que os servidores, agentes públicos e munícipes, possam usufruir de um ambiente iluminado e confortável.

2.2. A quantidade total solicitada, será efetuada a troca imediata de aproximadamente 400 (quatrocentas) unidades Led, tipo bulbo A60, base E27, luz branca, bivolt com 15W de potência que encontra-se queimadas e necessitam ser substituída.

2.3. O eminente certame faz-se necessário para que seja mantido a boa condição de funcionamento desta Casa de Leis, a integridade e a eficiência dos servidores e vereadores.

2.4. Assim, sendo a solução mais adequada sob a perspectivas do interesse público, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar é a aquisição de itens de iluminação interno e externo.

3. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Das especificações dos serviços.

ESTIMATIVO DE QUANTIDADE E VALORES				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LÂMPADAS LED: tipo bulbo A60, base E27, luz branca, bivolt com 15W de potência, 6500 k 1350 lúmens.	1000	R\$ 8,62	R\$ 8.620,00
02	SPOTS LED DIRECIONAIS EMBUTIDOS DE TETO: Cor Branco; Acabamento redondo material ABS Grau de Proteção IP20; Cor da Luz Branco Frio ou Branco Quente; Potência (W)5 WPotência max./soquete 5W; Vida útil média (horas) 15.000; Fluxo Luminoso (lúmens)	22	R\$ 65,00	R\$ 1.430,00

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

	350 Voltagem Bivolt; Tamanho Aproximado (LxAxP) 9,5 cm de diâmetro x 5 cm profundidade; Dimensões do Nicho 7 cm de diâmetro; Garantia 12 meses.			
03	SPOTS DE EMBUTIR PAR20 EASY LED INTEGRADO 7W TENSÃO: AC 100-240V; Fator de Potência: >0,4; Corrente: 0,10A(127V)/0,07A(220V); Fluxo Luminoso STH7920/30: 570lm; Fluxo Luminoso STH7920/40: 590lm; Eficiência Luminosa STH7920/30: 81lm/W; Eficiência Luminosa STH7920/40: 84lm/W; Intensidade Luminosa STH7920/30: 1300cd; Intensidade Luminosa STH7920/40: 1500cd; Ângulo de Abertura: 30°; IRC: >80; Vida útil (L70): 25.000h; Temp. de Operação: -20°C ~ 40°C; Garantia: 2 anos; Material predominante: ABS; Fonte integrada.	06	R\$ 53,75	R\$ 322,50
04	PLAFONS EMBUTIDOS DE TETO: Medidas: 20x20x7,5cm; Nicho de instalação (corte): 17x17cm; Material: Aro externo: Alumínio; Caixa interna: Chapa de aço/Vidro: Temperado jateado; Soquetes: 2 soquetes E27 para lâmpada Bulbo ou Econômica; Voltagem: Bivolt; Pintura: Eletrostática; Cor: Branco textura; Garantia de 01 ano.	14	R\$ 96,19	R\$ 1.346,66
05	SPOTS DE LED EMBUTIDOS DE PISO: Tensão: 100-240V; Fator de potência: >0,9; Corrente: 0,082A(127V)/0,050A(220V); Fluxo luminoso: 400lm; Eficiência luminosa: 40lm/W; Intensidade luminosa: 5000cd; Ângulo de abertura: 12°; IRC: >80; Vida útil (L70): 25.000h; Temp. de operação: -20°C ~ 60°C; Grau de proteção: IP67; Garantia: 2 anos; Material predominante: Alumínio.	15	R\$ 427,71	R\$ 6.415,65
06	PLAFONS DE LED 50X50 EMBUTIDOS: Altura: 50 cm; Largura: 50 cm; Cor da Luz: branca; Potência: 45w; Cor: branco; Garantia de 12 meses.	40	R\$ 548,48	R\$ 21.939,20
07	ESPETO SPOT LED 5W LED 3000K: Cor: PRETO; Fluxo Luminoso: 400LM; Temperatura da cor: 3000K; Led incluso; Uso (Interno/Externo); Ângulo de abertura 20°; Índice de Reprodução da Cor IRC: >70; Potência: 5W; Tensão: BIVOLT.	64	R\$ 243,33	R\$ 15.573,12
VALOR TOTAL			R\$ 55.647,13	

3.2. Os produtos a serem adquiridos necessitam de parcelamento da entrega, visto que não possui local que comporte o armazenamento total.

3.3. Todos os produtos a serem entregues deverão ser novos, sem uso e estarem de acordo com as especificações técnicas de fabricação, bem como deverão ser originais e/ou de primeira qualidade, garantindo o perfeito funcionamento dos equipamentos e não sejam modificados suas características básicas.

4. JUSTIFICATIVA DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. O quantitativo e as especificações técnicas descritas nos documentos – Documento de Formalização de Demandas e Estudo Técnico Preliminar, que compõem o processo são os mínimos necessários com vistas a assegurar a prestação satisfatória dos serviços para atender ao interesse público, sem, contudo, violar os princípios que regem a Administração Pública, principalmente, buscando resguardar o caráter competitivo do certame, pois abstermos de especificar os itens de forma a não indicar preferência por marca, não fazendo constar características e especificações que direcionam o objeto a determinado fabricante.

4.2. Estimativa das Quantidade e do Valor

4.2.1. Para a estimativa das quantidades, foi realizado, levantamento de todos os pontos que serão necessários dentro das dependências da Câmara de Vereadores, totalizando o quantitativo de 1.161 (hum mil cento e sessenta e um) unidades de lâmpadas.

4.2.2. Segue planilha com a distribuição e quantidade por localidade:

LOCAL NA UNIDADE ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS
Prédio da Câmara de Vereadores	1000 (Um mil) Lâmpadas Led.
Auditório	22 (Vinte e dois) Spots led direcionais embutidos de teto.
Auditório	6 (seis) Spots de embutir PAR20 Easy led integrado 7W Tensão.
Auditório	14 (catorze) plafons embutidos de teto.
Auditório	15 (quinze) Spots de led embutidos de piso.
Auditório	40 (quarenta) plafons de led 50x50 embutidos.
Área Externa (jardim)	64 (sessenta e quatro) Espeto Spot led 5W LED 3000K.
TOTAL	1.161

4.2.3. Os valores que compõe a média, foram obtidos junto a fornecedores locais, e, como pode ser verificado no ETP, no item 07, juntamente com o anexo dos orçamentos/cotações.

4.2.4. A metodologia de cálculo utilizada foi realizada com base na quantidade atual de pontos de iluminação interno e externo da CVMV, sendo cotados os preços tanto com fornecedores locais, quanto no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo que o valor dos serviços estão previsto na **média de R\$ 55.647,13 (cinquenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e sete reais e treze centavos)**, conforme apresentado no ETP, item 07 e a título de complementação no PNCP.

4.3. Possíveis Impactos Ambientais - Critérios de Sustentabilidade

4.3.1. Os requisitos da contratação estão descritos no Termo de Referência e referem-se aos seus aspectos legais, tais como a Lei nº 14.133/2021, e também, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e sócio-ambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, quando da aquisição de bens, recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) a contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, à legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos, devendo ainda estimular as boas práticas de otimização de recursos,

redução de desperdícios e menor poluição;

- b) a contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos irritantes para o consumidor, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, devendo no que couber, durante o fornecimento, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT).

5. FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1. O fornecedor deverá estar apto a iniciar a entrega do fornecimento dos produtos em até **15 (quinze) dias** seguintes ao da assinatura da Ata de Registro de Preço.

5.2. Os produtos serão entregues **parceladamente**, conforme demanda da CVMV de segunda a sexta-feira de 7h às 13h, nas dependências da sede da CVMV, no seguinte endereço:

5.2.1. PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 4.308

Bairro Jardim América - Vilhena/RO

CEP: 76.980-706

5.3. Os Produtos serão recebidos:

5.3.1. **PROVISORIAMENTE**, a partir da sua entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, bem como do Edital, da Proposta e do ETP.

5.4.2. **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes nesse Termo de Referência, e sua consequente aceitação pela Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços - CPRMS, que se dará até **15 (quinze) dias** do recebimento provisório, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo fixado.

5.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital, e na proposta da licitante, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no **prazo de 10 (dez) dias uteis**, às custas do fornecedor, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.6. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no edital.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratual.

5.8. Somente poderão ser considerados para efeito de recebimento e pagamento, os serviços efetivamente executados pela contratada e aprovados pela Comissão de Recebimento e o Fiscal, respeitada rigorosa correspondência com este Termo de Referência aprovado pelo Contratante e ao instrumento contratual.

6. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PORTARIA INTERNA Nº 158/2023/CVMV

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

6.1. A licitante vencedora do certame terá o valor registrado em um instrumento obrigacional denominado Ata de Registro de Preços, sendo convocado oficialmente por esta Casa de Leis para firmá-la, devendo comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para assinatura da Ata, podendo ocorrer sua prorrogação por igual período, desde que comprovado, conforme art. 70, da Portaria Interna 158/2023/CVMV.

6.2. Decorrido o prazo acima citado, e não tendo a empresa vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação, estando sujeita as penalidades previstas neste Termo de Referência.

6.3. Após o decorrido prazo, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, conforme o, inciso XVI, art. 92 da Lei n. 14.133/2021, bem como as Portarias Internas n. 158/2023 e n. 155/2023 da CVMV.

6.4. O valor registrado poderá ser revisto, na forma do inciso VI, art. 82, da Lei n. 14.133/2021, e art. 73 e seguintes da Portaria Interna n. 158/2023/CVMV, sendo de responsabilidade do gestor da avença, a negociação com o fornecedor, observada as disposições contidas na alínea “d” do Inciso II do caput VII do art. 124 da lei nº 14.133/2021.

6.5. NÃO será permitida a adesão ou carona de órgãos ou entidades não participantes à presente Ata de Registro de Preços. Essa decisão baseia-se nos seguintes fundamentos:

- a) Limitações quantitativas: o volume total da contratação foi definido com base nas necessidades específicas deste órgão gerenciador, não sendo possível acomodar demandas adicionais sem prejudicar as metas de gestão ou a execução do contrato;
- b) Condições Específicas: as condições contratuais, prazos e especificações definidas foram estabelecidos para atender exclusivamente às necessidades deste órgão gerenciador.

6.5.1. Assim, não é possível garantir a mesma eficiência ou eficácia ao permitir adesões de outros órgãos ou entidades.

6.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.7. Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, caso venham a ser celebrados, poderão ser alterados, observando o disposto nos art. 105 e 124 da lei nº 14.133/2021.

6.8. O fornecedor signatário da Ata de Registro de Preços poderá ser convidado a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas na Ata, no Termo de Referência e no ETP.

6.9. Cada fornecimento ocorrerá mediante prévia emissão da Nota de Empenho pela unidade requisitante, que será entregue ao fornecedor via correio eletrônico. A nota de empenho deverá conter data, valor unitário dos serviços, quantidade solicitada, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante.

6.10. O cancelamento do registro de preço será por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado, conforme art. 69, inciso V, da Portaria Interna 158/2023/CVMV e art. 82, inciso IX, da Lei 14.133/2021.

7. CONTRATO DECORRENTE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS E PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser

prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, nos termos do art. 70, §1º, da Portaria Interna 158/2023/CVMV e art. 84, da Lei 14.133/2021.

8. RESCISÃO DO CONTRATO DECORRENTE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A inexecução total ou parcial do contrato decorrente da ata de registro de preço enseja a rescisão do contrato e da ata com as consequências contratuais e as previstas em lei ou nos casos previstos no art. 77 ao 79, da Portaria Interna nº 158/2023/CVMV.

9. ACRÉSCIMO E REDUÇÃO DO CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1. A CVMV reserva-se no direito de acrescentar ou suprimir, nos eventuais contratos decorrentes da ata de registro de preço, os quantitativos do objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos contratos, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/21, em qualquer hipótese ficando vedados acréscimos superiores ao limite fixado na ata de registro de preço.

10. TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO DECORRENTE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS

10.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao contrato decorrente da ata de registro de preço sem prévia e expressa autorização da CVMV.

11. SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Trata-se de um processo licitatório para a aquisição de itens de iluminação internos e externos, em que estabelece no artigo 122, em seus parágrafos seguintes, da Lei 14.133/2021, a subcontratação, sendo permitida sob determinadas condições e podendo ser vedada.

11.2. Na Portaria Interna nº 155/2023, em seu artigo 9º, traz a possibilidade de subcontratação que deve levar em conta o interesse público, a natureza do objeto e a necessidade de controle sobre a execução do contrato.

11.2.1 Natureza do Objeto:

11.2.1.1 A aquisição de lâmpadas envolve a compra de produtos específicos com características técnicas bem definidas, como potência, eficiência energética e durabilidade. A natureza do objeto é predominantemente fornecimento de bens e não envolve a execução de serviços complexos que demandariam especialização adicional.

11.2.2. Capacidade do Fornecedor:

11.2.2.1 O fornecedor deve possuir os recursos necessários para atender integralmente à demanda, incluindo a obtenção, controle de qualidade e entrega dos produtos. Assim, não há necessidade de subcontratar partes do fornecimento para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.

11.2.3. Controle e Garantia da Qualidade:

11.2.3.1 Manter o fornecimento diretamente com o fornecedor principal garante que a qualidade dos produtos seja controlada de forma mais eficaz. A subcontratação poderia criar um ponto de fragilidade na cadeia de fornecimento, dificultando o monitoramento da conformidade dos produtos com as especificações técnicas e a

garantia de entrega no prazo estipulado.

11.2.4. Eficiência e Risco:

11.2.4.1. A inclusão de intermediários na forma de subcontratação pode introduzir riscos desnecessários, como possíveis atrasos ou problemas de comunicação, que poderiam comprometer a eficiência da entrega e a integridade dos produtos fornecidos. A gestão direta do fornecimento pela empresa contratada reduz esses riscos e assegura a execução mais eficiente do contrato.

11.3. Dada a natureza do objeto, a capacidade técnica do fornecedor e a necessidade de garantir controle e qualidade, a não subcontratação é justificada. Essa decisão está em conformidade com o interesse público e com os princípios da Lei 14.133/2021, assegurando que a aquisição das lâmpadas seja realizada de forma eficiente e com a devida qualidade.

12. HABILITAÇÃO - ARTIGO 62, LEI 14.133/2021

12.1. Qualificação Jurídica

12.1.1. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, além dos estatutos sociais, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social.

12.1.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular (procuração), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes a certames licitatórios. Se a outorga se der por instrumento particular, esta deve ser acompanhado de cópia do ato de constituição da empresa (1º e última alteração) ou do ato de investidura na direção da empresa / ou outro documento equivalente.

12.1.3. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

12.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.5. **Cópia da Cédula de identidade e do CPF** dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

12.1.6. **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.**

12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

12.2.1. **Certidão de Regularidade** perante a **Fazenda Federal (Unificada)** emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais - Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

12.2.2. **Certidão / prova de Regularidade** perante a **Fazenda Estadual**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

12.2.3. **Certidão / Prova de Regularidade** perante a **Fazenda Municipal**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

12.2.4. **Certidão / Prova de Regularidade perante o FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

12.2.5. **Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT**; relativa à comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, Art. 642-A, certidão expedida gratuita e eletronicamente, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

12.3. Qualificação Econômico-financeira

12.3.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor sede do licitante com prazo de emissão não superior a 30 dias anteriores a data da efetiva entrega da certidão à CVMV.

12.4. Declaração Unificada

12.4.1. Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/21, que **NÃO** emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. E que **NÃO** possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo presente processo.

12.4.2. **NÃO** possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão, ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e não possui com nenhum deles, relação conjugal ou de companheirismo, e nem parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Artigo 14, inciso IV da Lei 14.133/21);

12.4.3. Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. São obrigações do Fornecedor:

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

- I. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbitos Federais, Estaduais ou Municipais, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no contrato administrativo e nos contratos dela decorrentes.
- II. Observar as normas legais de segurança, trabalhistas, sanitárias e outras regulamentações pertinentes.
- III. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à contratante, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- IV. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento.
- V. Evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título.
- VI. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratual, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CVMV ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente.
- VII. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CVMV e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.
- VIII. Atender prontamente todas as solicitações da CVMV previstas no Termo de Referência, no Edital de Licitação e no Estudo Técnico Preliminar.
- IX. Comunicar a CVMV qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários, informando sobre qualquer problema ou atraso e buscando soluções conjuntas.
- X. Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- XI. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da CVMV.
- XII. Manter-se durante toda a execução da Ata de Registro de Preço, a compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei nº 14.133/2021. Na hipótese de inadimplemento deste item, o fornecedor será notificado, no prazo definido pela CVMV, para regularizar a situação, sob pena de rescisão do contrato administrativo.
- XIII. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- XIV. Comunicar à Administração, no prazo máximo de até **15 (quinze) dias** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- XV. Prestar garantia dos produtos, conforme estabelecido no Item 03, deste Termo de Referência.
- XVI. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos.

- XVII. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na entrega.
 - XVIII. O fornecedor deverá adotar práticas ambientalmente sustentáveis, como a utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis e a redução de resíduos.
 - XIX. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, à CVMV, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da entrega do objeto lícitado.
 - XX. A Contratada responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade.
 - XXI. Os empregados deverão se apresentar para a realização da entrega do objeto uniformizados e portando documento de identificação.
- 13.2. A entrega do objeto não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a CVMV, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. São obrigações da CVMV:

- I. Cumprir às disposições da Lei Federal nº 14.133/21.
- II. Fiscalizar a entrega dos produtos, bem como conferir os objetos e a Nota Fiscal entregue pelo fornecedor, a fim de verificar se estão regulares e de acordo com a Nota de Empenho, podendo recusar os itens que estejam em desconformidade com a Nota Fiscal, com a Nota de Empenho e com as exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Edital de Licitação.
- III. Exercer a fiscalização sobre o recebimento dos produtos por servidores especialmente designados.
- IV. Notificar o fornecedor, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais falhas na entrega do objeto, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência e no Edital de Licitação e nas eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- V. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial, aplicações de sanções, alterações e acréscimos ou supressão.
- VI. Prestar as informações e os esclarecimentos, necessários a aquisição do produto, que venham a ser solicitados pelo fornecedor.
- VII. Comunicar o fornecedor a ocorrência de divergência no documento de cobrança, promovendo a devolução do mesmo para correção.
- VIII. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste Termo de Referência.
- IX. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou substituição dos objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, bem como rejeitar, no todo ou em parte, os produtos com problemas técnicos e/ou fora das especificações estabelecidas neste Termo de Referência, Edital de Licitação e no eventual Contrato.
- X. Propiciar acesso aos empregados da Contratada, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais da entrega do objeto contratual.

- XI. Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital de Licitação e do Estudo Técnico Preliminar.

15. DA SELEÇÃO DOS FORNECEDORES

15.1. Modalidade: Pregão.

Justificativa: O objeto caracterizado pelo termo de referência teve padrão de qualidade e desempenho definidos objetivamente, além de tratar-se de objeto plenamente disponível no mercado. Desse modo, a possibilidade de celebração pela modalidade Pregão entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no art. 29, da Lei 14.133/21, o pretendido certame licitatório deverá ser processado na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, com o critério de julgamento do **Menor Preço**, sendo o Modo de Disputa Aberto.

16. MECANISMO E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

16.1. A responsabilidade pela gestão dos trâmites do processo licitatório até a fase de sua homologação ficará a cargo do Núcleo de Licitação. Após a homologação, o Presidente desta Casa de Leis, por meio de Portaria, designará servidor para dar suporte às atribuições da Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços – CPRMS e para fiscalizar a execução dos serviços pelo fornecedor.

16.2. A partir da vigência do contrato, a CPRMS ficará responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança, juntamente com o fiscal do contrato designado.

16.3. Ficarão a cargo da CPRMS e do fiscal do contrato a fiscalização, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada ao fornecedor, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

16.4. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte o fornecedor, os titulares da fiscalização deverão de imediato, comunicar o fato por escrito à Administração da CVMV, que tomará as providências para que sejam aplicadas as sanções previstas na lei, no edital da licitação e neste Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

16.5. Somente poderão ser considerados para efeito de recebimento e pagamento, os serviços efetivamente executados pela contratada e aprovados pela fiscalização.

16.6. As exigências e a atuação da fiscalização da CPRMS em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor no que concerne à entrega dos produtos.

17. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, o Contratado ficará sujeito às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser:

17.1.1 **Advertência**, aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, L. 14.133/23).

17.1.2. **Multa moratória de 0,5%** (cinco décimos por cento) por dia de atraso na prestação do objeto contratual, limitada esta a 10 (dez) dias, após os quais será considerada inexecução contratual (art. 156, § 3º, L.

14.133/23).

17.1.3. **Multa de 10% (dez por cento)** no caso de inexecução parcial do contrato(art. 156,§3º, L. 14.133/23).

17.1.4. **Multa de 20% (vinte por cento)** no caso de inexecução total do contrato(art. 156,§3º, L. 14.133/23).

17.1.5. **Impedimento de licitar** e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Vilhena pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, (art. 156, § 4º, L. 14.133/23).

17.1.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do mesmo artigo.

17.2 Para os fins de aplicação das sanções acima listadas e de reabilitação do Contratado, serão observadas as disposições previstas nos arts. 155 a 163 da Lei n. 14.133, de 2021.

18. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. Conforme estabelecido no artigo 18, inciso XI, parágrafo 1º, inciso II, da Lei 14.133/21 há previsão no Plano de Contratação Anual- PCA de 2024, embora tenha ocorrido a previsão da contratação, não foi realizada uma estimativa prévia de gasto com essa contratação. Contudo, a execução do objeto é imprescindível para o bom funcionamento e alcance dos objetivos institucionais.

18.2. O recurso para cobrir as despesas decorrentes da aquisição do objeto, quando ordenada, ocorrerá por conta do orçamento da Câmara de Vereadores do Município de Vilhena- CVMV, para o exercício de 2024, conforme emissão da previsão de Reserva de Saldo Orçamentário que deverá, posteriormente, ser juntado aos autos, para inclusão no Instrumento administrativo legal.

SECRETARIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DE DESPESA
Câmara de Vereadores do Município de Vilhena	01.01.01.031.0001.2001	3.3.90.30.00.00

19. PROCEDIMENTO DO PAGAMENTO

19.1. Para efeitos de pagamento, o fornecedor deverá apresentar documento de cobrança, constando de forma discriminada, a efetiva realização do objeto, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

19.2. A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

19.2.1. Certidão de regularidade com o FGTS.

19.2.2. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal.

19.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

19.2.4. Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

19.3. Os documentos de cobrança deverão ser enviados no e-mail: diretoriaadm@gmail.com e/ou entregues pelo fornecedor à Diretoria Administrativa da CVMV, localizada na Av. Presidente Tancredo Neves, nº 4.308, Bairro Jardim América, Vilhena/RO, CEP 76.980-706.

19.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável e independentemente do percentual de tributo inserido no documento, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

19.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, sendo que dos consequentes termos de recebimento elaborado pelos Fiscais Técnico, Gestor do Contrato e Requisitante, para posterior pagamento, deverão constar as seguintes informações ou serem atendidas as condições abaixo:

I- A solução deve ser compatível com o objeto, quando este for fracionável em unidades autônomas, as quais permitem identificar as parcelas adimplidas das não adimplidas;

II- Deve estar configurado que o atingimento de determinadas parcelas do objeto, ainda que identificáveis, não produz implicações para o restante da prestação do serviço e/ou do fornecimento contratados.

19.7. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no edital e neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, o fornecedor deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

19.8. O pagamento será efetuado ao fornecedor até o 15º (décimo quinto) dia útil, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela CPRMS, parecer favorável do Fiscal de Contrato, bem como certidões negativas e posterior liberação pelo Núcleo de Controle Financeiro.

20. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E INFORMAÇÕES GERAIS

20.1. Este Termo de Referência tem como base legal a Lei Federal nº 14.133/21 (estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), a Lei nº 8.078/90 (dispõe sobre a proteção do Consumidor), a Portaria Interna n. 158/2023 e n. 159/2023 da Câmara de Vereadores do Município de Vilhena/RO e o Decreto Federal n. 11.462/2023.

21. FORO

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

21.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 26 de setembro de 2024.

Elaborado por:

Jackeline C. da Cruz Oliveira

Analista de licitação

Matrícula n. 400076

Aprovo o presente Termo de Referência em ____/09/2024, e autorizo a imediata realização do certame licitatório nos termos do Artigo 7º, da Lei nº 14.133/2021.

Samir Ali

Vereador/Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n. ____/2024/SRP/CVMV

A **CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA/RO – CVMV/RO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.390.977/0001-13, com sede na Av. Presidente Tancredo Neves, 4.308, Bairro Jardim América, CEP 76.980-706, nesta cidade e comarca de Vilhena/RO, neste ato representado pelo seu Vereador Presidente, Sr. **SAMIR MAHMOUD ALI**, brasileiro, agente político, solteiro, detentor do RG n. 1.922.895-SSP/MT, inscrito no CPF n. 028.609.521-10, residente e domiciliado na Av. Beira Rio, n. 3704, Centro, nesta cidade e comarca de Vilhena/RO, daqui por diante designada **GERENCIADORA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para formação de registro de preço, conforme Edital nº 01/2024/SRP/CVMV/EXCLUSIVO, publicado no DOV n. 3954, de 10/04/2024, e no Portal Nacional de Compras Públicas em 10/04/2024, bem como a classificação das propostas adjudicadas no **Processo Administrativo nº 52/2024**, **R E S O L V E** registrar os preços ofertados pela empresa fornecedora ..., **pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. ..., sediada na ..., n. ..., Bairro ..., CEP ..., nesta cidade e comarca de Vilhena/RO, neste ato representada por ..., detentora do RG n. ..., inscrita no CPF n. ..., residente e domiciliada na ..., n. ..., Bairro ..., na cidade e comarca de Vilhena/RO**, em relação aos serviços descritos e quantificados no processo licitatório e nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Portaria n. 158, de 9 de maio de 2023, e, subsidiariamente, no Decreto Federal n. 11.462, de 31 de março de 2023, bem ainda de acordo com as disposições a seguir.

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preço para eventual e futura aquisição de bens comuns descritos no item 2 a seguir, a fim de suprir as necessidades desta CVMV, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência, no Edital e na Proposta do fornecedor, os quais integram esta Ata.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES e QUANTITATIVOS

2.1. Os valores registrados, a especificação e os quantitativos dos bens, bem como a relação do(s) fornecedor(es), em ordem de classificação das propostas por item, constam no quadro abaixo:

Quadro reservado à descrição do objeto e valores

2.2. Nos preços indicados acima estão incluídos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes à execução contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

2.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive os acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como aplicando-se, subsidiariamente, o disposto no art. 25 do Decreto Federal n. 11.462, de 31 de março de 2023.

2.5. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CVMV convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

2.6. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

2.7. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

2.8. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas nesta Ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

2.8.1 - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

2.8.2 - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

2.8.3 - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

2.9. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário desta Ata, cabendo à CVMV a análise e deliberação a respeito do pedido.

2.10. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado nesta Ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

2.11. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item 2.9 desta Ata, a CVMV poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

2.12. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento desta Ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

2.13. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

2.14. Liberado o fornecedor na forma do item 2.12 desta Ata, a Câmara de Vereadores poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

2.15. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

2.16. Não havendo êxito nas negociações, a CVMV deverá proceder à revogação desta Ata, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

2.17. É possível a atualização periódica dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

3. LOCAL, PRAZO e CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO e RECEBIMENTO

3.1. O fornecedor poderá ser convocado a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento.

3.2. Cada fornecimento ocorrerá mediante prévia emissão da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento pela CVMV, as quais serão entregues ao fornecedor via correio eletrônico ou outros meios eficazes. A Nota de Empenho conterá data, valor unitário dos produtos, quantidade solicitada, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante.

3.3. A entrega dos produtos pelo fornecedor deverá ocorrer no almoxarifado da CVMV em até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, das 7 às 13 horas, de segunda à sexta-feira, no seguinte endereço:

PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN

Avenida Presidente Tancredo Neves, nº4.308

Bairro Jardim América, Vilhena/RO, CEP 76.980-706

3.4. A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante requisição assinada pelo servidor responsável do departamento administrativo requisitante, e, na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

3.5. A entrega dos produtos será parcial e ocorrerá de acordo com as necessidades da CVMV, a qual emitirá solicitação de despesa para o empenho dos materiais de que necessita.

3.6. Os produtos que apresentarem defeitos e/ou violações deverão ser substituídos pelo fornecedor no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a partir da notificação por esta CVMV, sem qualquer custo adicional para esta Administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

3.7. Nos casos de emergência, a entrega deverá ser imediata, ou seja, no prazo máximo de até **48 (quarenta e oito) horas**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

3.8. O recebimento dos produtos será realizado pela Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços – CPRMS da CVMV da seguinte forma:

3.8.1. PROVISORIAMENTE, a partir da entrega dos produtos, para efeito de verificação de sua integridade física e de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital, na Proposta e nesta Ata.

3.8.2. DEFINITIVAMENTE em até 15 (quinze) dias a contar do recebimento provisório, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do referido prazo.

3.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e ético-profissional do fornecedor pela perfeita execução do objeto contratual e dar-se-á quando satisfeitas as seguintes condições:

3.9.1. Material embalado, acondicionado e identificado de acordo com as especificações técnicas pertinentes.

3.9.2. Quantidades em conformidade com o estabelecido na Ordem de Fornecimento.

3.9.3. Entrega no prazo, local e horários previsto nesta Ata.

3.10. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, no Edital, na Proposta e nesta Ata. Neste caso, a CVMV emitirá Termo de Recusa, no qual serão certificadas as desconformidades, e o fornecedor será notificado a corrigir, refazer ou substituir os produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações citadas no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, às suas custas e sem prejuízo da aplicação de eventuais penalidades.

3.11. Após a notificação do fornecedor, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando nova contagem tão logo sanada a situação.

3.12. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e ficará sujeito à aplicação das sanções previstas nesta Ata.

4. GARANTIA TÉCNICA e PRAZO DE VALIDADE

4.1. Os prazos de garantia técnica contra defeitos e/ou vícios de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo pela CPRMS, ficam estabelecidos conforme as normas do Código de Defesa do Consumidor.

4.2. Deverão ser fornecidos os produtos com validade mínima definida no Termo de Referência e nos atos normativos federais pertinentes.

4.3. A CVMV não aceitará, em nenhuma hipótese, produtos com o prazo de validade vencido.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

5. INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS e SEGUROS

5.1. São de responsabilidade exclusiva do fornecedor:

5.1.1. Todos os tributos que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata.

5.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao cumprimento desta Ata.

5.1.3. Para fazer jus ao pagamento, o fornecedor, ao emitir a Nota Fiscal deve observar as disposições contidas nos Decretos do Município de Vilhena/RO nº 60.340/2023 e nº 60.470/2023, bem como na IN RFB nº 1234/2012 e no Recurso Extraordinário n. 1.293.453 julgado no STF, acerca da retenção do imposto de renda, especificando o valor a ser retido e a alíquota correta do objeto contratual firmado.

6. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1. São obrigações do fornecedor:

a) Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbitos Federais, Estaduais ou Municipais, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas nesta Ata e nos contratos dela decorrentes.

b) Manter em contato com a CVMV, durante a vigência desta Ata e dos contratos dela decorrentes, pessoas capazes para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

c) Entregar os produtos com as características exigidas nesta Ata de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da CVMV.

d) Entregar os materiais contratados estritamente nos prazos estipulados, em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.

e) Comunicar à CVMV, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** que antecedem o prazo de vencimento da entrega dos materiais, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

f) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CVMV, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento.

g) Substituir, no total ou em parte, qualquer objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da notificação da CVMV.

h) Observar as normas legais de segurança a que está sujeito na entrega e distribuição dos produtos a serem fornecidos à CVMV.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

- i) Responsabilizar-se por todo e quaisquer ônus decorrentes da entrega do objeto, inclusive frete.
- j) Responsabilizar-se perante a transportadora pela movimentação dos materiais até as dependências do depósito do Almoxarifado da CVMV, não sendo a CVMV responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.
- k) Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados à CVMV e/ou terceiros advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos trabalhos de fornecimento.
- l) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados quando da entrega dos produtos.
- m) Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da adjudicação do objeto da licitação e de seu fornecimento a esta CVMV.
- n) Relatar à CVMV, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada durante a execução dos trabalhos de fornecimento.
- o) Responsabilizar-se pelos danos causados, direta ou indiretamente, à CVMV, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CVMV.
- p) Manter à disposição da CVMV, a qualquer momento, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, preposto para atender prontamente as solicitações decorrentes do fornecimento dos produtos, devendo ainda, nos fins de semana e feriados, indicar o empregado para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para a CVMV, na forma de plantão, o número de contato de telefones fixos e/ou móveis disponíveis para atendimento durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana e enquanto durar o prazo de vigência desta Ata ou dos contratos dela decorrentes.
- q) O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
- r) Não empregar menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como a não empregar menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- s) Manter durante toda a execução do objeto em tela, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- t) Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.
- u) Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital, na Proposta e nesta Ata.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

7. OBRIGAÇÕES DA CVMV

7.1. São obrigações da CVMV:

- a)** Cumprir às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- b)** Exercer a fiscalização do fornecimento dos produtos pela CPRMS.
- c)** Rejeitar, no todo ou em parte, o produto entregue em desacordo com as especificações definidas no Termo de Referência, no Edital, na Proposta e nesta Ata.
- d)** Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- e)** Atestar no verso das notas fiscais/faturas, apresentadas pelo fornecedor, através da CPRMS e do Fiscal de Contrato o efetivo fornecimento dos produtos.
- f)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor, proporcionando todas as condições para que este possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.
- g)** Efetuar o pagamento na forma ajustada nesta Ata e no instrumento contratual dela decorrente.
- h)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor, proporcionando todas as condições para que este possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.
- i)** Notificar, por escrito, o fornecedor na ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades cabíveis.
- j)** Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital, na Proposta e nesta Ata.

8. MECANISMOS e PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

- 8.1.** Não obstante o fornecedor seja o único e exclusivo responsável pelo fornecimento dos produtos especificados, a CVMV reserva-se no direito de exercer a mais ampla, irrestrita, permanente e completa fiscalização, diretamente ou por outros prepostos designados.
- 8.2.** O Vereador Presidente designará servidor para atuar como Fiscal de Contrato com o objetivo de fiscalizar o fornecimento dos produtos pelo fornecedor e dar suporte às atribuições da CPRMS.
- 8.3.** A partir da vigência desta Ata e/ou da Nota de Empenho, a CPRMS fica responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança juntamente com o Fiscal de Contrato.
- 8.4.** Ficará a cargo da CPRMS, juntamente com o Fiscal de Contrato, a responsabilidade pela fiscalização da execução do objeto contratual, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada ao fornecedor, objetivando a imediata



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA

PROCURADORIA LEGISLATIVA

correção das irregularidades apontadas, conforme definido nesta Ata.

8.5. As exigências e a atuação da fiscalização por parte dos servidores desta CVMV em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva, do fornecedor no que concerne à execução do objeto contratual.

8.6. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou descumprimento parcial ou total da Ata por parte do fornecedor, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar o fato por escrito à Administração da CVMV, para adoção das providências necessárias, sem prejuízo das sanções pertinentes, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

9. PAGAMENTO

9.1. Para efeitos de pagamento, o fornecedor deverá apresentar documento de cobrança, constando de forma discriminada a efetiva realização do objeto, informando, ainda, o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

9.2. O fornecedor deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

9.2.1. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal (Unificada) emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais - Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

9.2.2. Certidão / prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

9.2.3. Certidão / Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

9.2.4. Certidão / Prova de Regularidade perante o FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.2.5. Certidão Negativa de Débito Trabalhistas – CNDT.

9.3. Os documentos de cobrança deverão ser enviados no e-mail diretoriaadm@gmail.com e/ou entregues pelo fornecedor na Diretoria Administrativa da CVMV, localizada na Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 4.308, Bairro Jardim América - Vilhena/RO, CEP: 76.980-706.

9.4. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Termo de Referência, no Edital, nesta Ata e na Proposta ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, o fornecedor deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

9.5. O Pagamento será efetuado ao fornecedor até o **15º (décimo quinto) dia útil**, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela CPRMS e pelo Fiscal de Contrato, bem como após apresentação das certidões negativas e registro de fiscalização e execução de contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA

PROCURADORIA LEGISLATIVA

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas nesta Ata, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser:

10.1.1. Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, L. 14.133/23).

10.1.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na prestação do objeto contratual, limitada esta a 10 (dez) dias, após os quais será considerada inexecução contratual (art. 156, § 3º, L. 14.133/23).

10.1.3. Multa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato (art. 156, § 3º, L. 14.133/23).

10.1.4. Multa de 20% (vinte por cento) no caso de inexecução total do contrato (art. 156, § 3º, L. 14.133/23).

10.1.5. Impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Vilhena pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, (art. 156, § 4º, L. 14.133/23).

10.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do mesmo artigo.

10.2. Para os fins de aplicação das sanções acima listadas e de reabilitação do fornecedor, serão observadas as disposições previstas nos arts. 155 a 163 da Lei n. 14.133, de 2021.

11. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

11.1. O prazo de vigência desta Ata, contado a partir da publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município, será de **1 (um) ano**, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.2. No ato de prorrogação da vigência desta Ata poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência desta Ata indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

12. CANCELAMENTO DA ATA

12.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pela CVMV quando o fornecedor:



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

12.1.1 - for liberado;

12.1.2 - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

12.1.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

12.1.4 - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

12.1.5 - não aceitar o preço revisado pela Administração.

12.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pela CVMV:

12.2.1 - pelo decurso do prazo de vigência;

12.2.2 - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

12.2.3 - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

12.2.4 - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

12.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

13. CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA

13.1. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.2. Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Município, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

13.3. Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a Câmara de Vereadores poderá convocar os demais fornecedores que tiverem aceitado fornecer os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor – cadastro de reserva, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

13.4. Exaurida a capacidade de fornecimento do licitante que formulou oferta parcial, poderão ser



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA

PROCURADORIA LEGISLATIVA

contratados os demais licitantes, até o limite do quantitativo registrado, respeitada a ordem de classificação, pelo preço por eles apresentados, desde que sejam compatíveis com o preço vigente no mercado, o que deverá ser comprovado nos autos.

13.5. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.6. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

13.7. A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.8. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

13.9. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela Câmara de Vereadores, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

14. REGISTRO DOS LICITANTES REMANESCENTES

14.1. Constitui anexo a esta Ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, para fins de formação de cadastro reserva.

14.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados nesta Ata e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

15. UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

15.1. A adesão, isto é, a utilização desta Ata por órgãos ou entidades não participantes (carona), poderá ocorrer desde que observadas as regras aplicáveis à hipótese, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e na Portaria n. 158, de 2023.

16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da seguinte programação: Câmara de Vereadores do Município de Vilhena, Unidade Orçamentária 01.01.01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades do Legislativo, Elemento de Despesa 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo, a serem consignados no orçamento do exercício do ano corrente.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias a esta Ata serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo.

17.2. Integram esta Ata o Termo de Referência, o Edital e a Proposta do fornecedor.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
PROCURADORIA LEGISLATIVA

17.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente da presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CVMV.

17.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases que regulam essa relação contratual, a saber, a Lei nº 14.133/2021, Portaria n. 158/2023/CVMV e, subsidiariamente, o Decreto Federal n. 11.462/2023.

18. FORO

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Vilhena/RO para nele se dirimirem quaisquer litígios oriundos da interpretação do presente instrumento.

Câmara de Vereadores, de de 2024.

SAMIR MAHMOUD ALI
PRESIDENTE DA CVMV
GERENCIADOR

FULANO DE TAL
REPRESENTANTE LEGAL
FORNECEDOR

VISTO:

GÜNTHER SCHULZ
PROCURADOR DA CÂMARA MUNICIPAL
OAB/RO 10.345



Assinado por: GUNTHER SCHULZ 07/10/2024 09:56:47 DOCUMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE

